

EDITORIAL

O CIPEDES (Centro Interdisciplinar de Pesquisa para o Desenvolvimento da Educação Superior) encerra mais este ano de trabalho com quatro artigos que reafirmam os dois propósitos principais que desde as suas origens definiram a sua identidade como Centro de estudos das questões pertinentes à educação superior: (1) ser um Centro que privilegie a perspectiva comparativa, internacional e interdisciplinar e (2) inserir as discussões brasileiras no contexto latino-americano. O CIPEDES, através das diversas atividades que tem realizado (palestras, debates, publicações, etc.), vem se mostrando fiel a estes propósitos e, à medida que se consolida como Centro de pesquisa, firma-se também como força catalisadora dos embates acadêmicos em torno dos desafios a serem enfrentados pela educação superior no Brasil, na América Latina e no mundo. Juntamente com a Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES) e da Revista Avaliação, o CIPEDES tem se tornado fonte importante de recursos bibliográficos para mestrandos, doutorandos, administradores e estudiosos em geral. É, pois, com grande satisfação que encerramos mais este ano de trabalhos com a sensação de termos trazido aos nossos leitores reflexões aprofundadas, atualizadas, úteis e comprometidas com o desenvolvimento da educação superior.

O artigo de Hugo Aboites faz uma análise das condições atuais do Movimento Estudantil mexicano—movimento que, pela sua força demonstrada durante o ano de 2000, isto após prolongada greve em defesa da universidade pública e gratuita, mostrou repercussão não apenas nas recentes eleições presidenciais do México mas na própria política educacional daquele país. A força e a continuidade do Movimento, argumenta Aboites, pela aguda crise institucional que trouxe à tona, abre perspectivas para um redirecionamento da educação superior mexicana.

Eneida Oto Shirouna discute a política da diversidade na educação superior, analisando as suas vantagens e desvantagens, e apontando para os riscos da adoção de tal política para o Brasil. O seu artigo discute vários textos internacionais, entre eles o relatório do Banco Mundial “Education Sector Strategy”, de 1999, o relatório da OCDE, propondo a redefinição da educação superior como educação terciária, o relatório Task Force (WB/UNESCO, 2000) e, por fim, o texto de Cláudio Moura

Castro intitulado “Community Colleges: uma alternativa para o Brasil?” As suas conclusões apontam para os riscos da política da diversidade para o que até aqui tem sido entendido como Universidade, com U maiúsculo, além de suas perigosas implicações divisionistas sobre o movimento docente e estudantil.

O texto de Luiz Antônio Cunha aborda a questão da fragmentação do conceito de Universidade no Brasil, mostrando como esta definição se construiu historicamente e como, nos últimos anos, em especial em função da legislação criada a partir de 1995, o conceito de universidade perdeu duas de suas características exclusivas: a universalidade de campo e a autonomia. Sua análise, no entanto, não pára na ambigüidade do termo; ela sugere que, mais do que implicações semânticas, há implicações políticas, como a de que a criação dos Centros Universitários tornaram-se espaço predileto do setor privado, “que encontraram neles uma fórmula barata para realizarem uma proveitosa adequação ao mercado, agora sem a intermediação da burocracia ministerial”.

Por fim, o texto de Maria do Carmo de Lacerda Peixoto faz um apanhado das iniciativas do Ministério da Educação nestes últimos anos, fazendo considerações, entre outros, sobre os diversos mecanismos avaliativos (SAEB, ENEM, Provão), além da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e, mais recentemente, a proposta de criação da Agência Nacional de Educação – uma agência cujo objetivo seria criar as condições para consolidar o modelo em implantação no país. Escrito no calor das recentes greves nas universidades paulistas e das universidades federais, o texto faz reflexões sobre a questão da autonomia universitária, a privatização do investimento público, o avanço da iniciativa privada na educação superior brasileira e o significado último deste modelo para a garantia de “um futuro estratégico para o país”.

Os textos aqui apresentados são, pois, mais uma contribuição do CIPEDES ao debate. Temos a certeza de que a sua leitura será importante subsídio a todos aqueles que, no novo ano que se avizinha, estarão mais do que apenas tangencialmente envolvidos com as questões de mérito e valor da educação superior.

Dilvo I. Ristoff
Coordenador Editorial